

Faoro

D. Luciano

## CONSTITUINTE

### **Críticas do jurista. E sugestões da Igreja.**

"Não pode fazer a cama quem vai deitar nela."

O jurista Raimundo Faoro utilizou ontem essa comparação para criticar a convocação da Assembléia Nacional Constituinte pelo Executivo. "Não existe nenhum lucro na Constituinte, proposta pelo presidente Sarney, além de sua convocação acarretar prejuízo grave, que será a morte da idéia da Constituinte por 20 anos", argumentou Faoro, ao depor na comissão mista que examina a emenda do governo atribuindo poderes constitucionais ao Congresso a ser eleito em 1986.

Para Faoro, a revisão da Constituição deveria ser uma tarefa do Legislativo — e não do Executivo: "A emenda convocatória da Constituinte é uma invasão do poder constituinte, uma usurpação e uma apropriação do presidente da República". E acrescentou: "O titular do poder constituinte não é o poder existente, mas sim o povo. Assembléia Constituinte autônoma é a chamada pelo poder constituído ao povo".

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Faoro, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, defendeu ontem uma Constituinte exclusiva. E apresentou algumas razões. "O povo prefere claramente uma Constituinte que não seja formada por deputados e senadores, mas por homens que iriam dedicar-se a servir à Nação e depois retornariam às suas atividades".

Se fosse adotada a tese da convocação da Constituinte exclusiva, o mais rápido possível, apenas para elaborar a nova Constituição, o jurista Faoro acredita que haveria uma mobilização popular em torno do tema — "praticamente desconhecido da população".

A discussão prosseguiu ontem no Congresso, enquanto era anunciada para amanhã a instalação da comissão interpartidária incumbida de rever todo o capítulo da Constituição que trata do Legislativo. Além disso, a comissão tem por objetivo colher subsídios para a Constituinte. Seu presidente, deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), explicou que o órgão não ficará centralizado em Brasília: atuará em todo o País, através das Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades representativas de classe.

Segundo ainda Furtado, os 33 deputados integrantes da comissão participarão de debates sobre a matéria em todos os Estados, divididos em grupos de estudos sobre os temas específicos que deverão constar da futura Carta. Esses vários grupos serão divulgados amanhã e seus relatores ficarão incumbidos de reunir sugestões sobre medidas inibidoras da prática de abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais, em favor de determinados candidatos.

A composição da comissão pré-Constituinte, contudo, continua a provocar as críticas do deputado Amaral Neto (PDS-RJ), que ontem voltou a pedir ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que consiga a retirada do empresário Antônio Ermírio de Moraes. Ulysses, porém, não se manifestou. Amaral Neto voltou a acusar o empresário de aumentar o preço do cimento acima do valor da ORTN e lembrou que Ermírio de Moraes classificou o atual Congresso como "indigno".

Diante do silêncio de Ulysses, Amaral prosseguiu nas críticas — extensivas aos diretores de jornais: "Quero saber se aqueles que nos criticam por receber jeton, comparecendo ou não às sessões, cumprem o seu mandato diante do povo, que lhes paga o jeton da credibilidade".

11 SET 1985

ANC 88  
Pasta 09/85  
029/1985